

# O QUE É INDIODESCENDÊNCIA?

Ary Txay (Salvador, Bahia)\*

## PRIMEIRA PARTE

Em junho de 2009 o site UNIDBRASIL, ainda em fase experimental, recebeu uma interessante mensagem-consulta de Marco Antônio Soares, vinda do Rio Grande do Sul, como segue:

Prezados senhores,

Gostaria de saber se há contatos da UNID no Rio Grande do Sul.

Apesar de ser um estado vendido com "branco" a sua população majoritária é de indiáticos, aqui chamados de "pelo-duro". Isso não se reflete em censos porque ao contrário do norte/nordeste/centro-oeste a maior carga de sangue europeu desta população faz com que somente uma parte se identifique com a categoria parda.

Além do mais, grande parte do estoque cultural de matriz indígena foi incorporado pela cultura tradicionalista gaúcha fazendo com que essa identidade seja regionalizada porém sem manifestar claramente uma identidade coletiva a par de outras.

Gostaria de saber se "índios-descendentes" são os indígenas destribalizados (que pra mim continuam sendo indígenas étnicos ) ou a imensa população ameríndia-descendente desetinizada ?

Rio Grande do Sul, 16/jun/2009

Marco Antônio Soares

## PRELIMINAR CONCEITUAL

Como visto, trata-se de um texto bem articulado; o missivista faz perguntas e afirmações, busca algumas respostas (como se desejando testá-las); enfoca principalmente a questão étnica.

Devo declarar, desde já, que uma das boas coisas decorrentes da fundação da UNID, ao final de 2002, foi a ampliação da discussão de temas anteriormente monopolizados pelo campo acadêmico-científico, notadamente antropólogos. Neste decênio o tema povos e cultura indígena foi mais pautado pela imprensa, foi mais discutido com profundidade histórico-cultural nas “Semanas do Índio” (ampliação do “dia”), surgiram diversas monografias, inclusive a escrita pela antropóloga Celene Fonseca, de forma pioneira (articulou o Movimentos Outros 500, é fundadora da UNID e consultora do CEPAIA/UNEB).

Quem são os índios? Onde vivem? Como vivem? O que é cultura indígena? O que é etnia indígena? Que atributos definem o direito a uma etnia ou um perfil étnico? O que é identidade e etno-identidade? O que é ser *índio*? Quem são os *índios*? *Índio* é uma etnia ou uma identidade? O que é autodefinição, de direito e de fato?

Como visto são inúmeras as indagações e os conceitos que elaboramos no campo sócio-antropológico, filosófico, poético etc. No entanto há indagações aparentemente mais simples que nem sempre encontram respostas adequadas porque as pessoas não conseguem expressá-las ou ficam mudas ou respondem aparentes disparates. As duas perguntas que não querem calar são as seguintes:

- Como definir o povo brasileiro?
- Como se define o povo brasileiro?

O pequeno apanhado – acima – dá a dimensão de quantos oceanos, mares e rios desafiam nosso pensamento, a nossa história, o nosso modo de ver/descrever as coisas, elaborar e re-elaborar (acima e além da nova regra ortográfica...) o nosso pensamento, as nossas tradições etc

O que torna nossa discussão mais interessante é o descasamento do nosso pensamento (falo como *índio*) com o pensamento do campo acadêmico-científico, com os manuais de antropologia e com o abecedário de alguns movimentos que sobrevivem articulados ao poder político-dirigente ou partidário (as chamadas “correias de transmissão”).

Convém deixar bem claro que as afirmações acima não pretendem desconhecer ou desmerecer a contribuição e a importância da ciência e dos cientistas. Apenas queremos ressaltar que estamos no topo (ou no túnel) de uma onda que começou a rolar antes da chegada de Colombo na América, antes de chegada de Cabral ao Brasil.

## PRELIMINARES HISTÓRICAS

É consensual o entendimento de que a formação do estado brasileiro ocorreu sob forte coação, opressão e violência contra a população nativa, a principal vítima nesse processo. O aparato colonial da corte lusitana não ofereceu chance aos povos nativos; prevaleceu a lógica da dominação, escravidão, relação servil ou a simples eliminação dos que resistiram. Falamos em relação no sentido mais amplo das estruturas (estatal, civil, comercial, militar, cultural, de confronto, troca e convivência).

Mém de Sá, Governador Geral, após realizar a *limpeza* dos nativos do recôncavo baiano dirigiu o seu aparato de guerra para todo o litoral da Bahia e para o Rio de Janeiro, no sentido sul. Somente em meados do século XVII a coroa portuguesa organizou ou concedeu licença para que bandeiras “conquistassem” o vale do Rio São Francisco e grandes extensões do Nordeste. O pessoal da Casa da Torre chegou até o Maranhão. De meados dos séculos XVII - XVIII os nativos da família Gê estavam destruídos, dispersos ou confinados em diversos aldeamentos jesuíticos.

As mulheres indígenas foram a matriz originária do estado colonial. Os seus filhos eram capturados e escravizados (ainda crianças ou jovens), arrancadas do ventre das mães no *habitat* indígena ou nas reduções, aldeamentos, casa-grandes, povoamentos ou nas primeiras vilas e nas cidades.

A incorporação dos indígenas sobreviventes no período colonial foi circunstancial, autoritária e compulsória, à serviço dos ciclos econômicos expansionistas regional ou nacional extrativista, mineiro e agropastoril (açúcar, gado, seringa etc).

Na segunda metade do século XIX a Sua Alteza Real D. Pedro II encomendou ao general José Vieira do Couto de Magalhães um *programa preparatório de aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado*. Conforme o relato de Couto de Magalhães (*O SELVAGEM*), tal programa seria realizado mediante a preparação de centenas (talvez milhares) de *intérpretes* recrutados no exército e na marinha com a missão de promover o *amansamento* dos nossos nativos. Enfim, os povos indígenas após *amansados* e cristianizados seriam *incorporados à civilização* como mão-de-obra barata e treinada para o desempenho de duras tarefas. As suas terras passariam para a posse do estado e dos civilizados.

Boa parte dos batalhões e bandeiras destinados à captura de índios e negros quilombolas eram constituídos por índios flecheiros ou *caboclos* e negros.

Em meados do século XVII a coroa chegou a baixar uma carta real proibindo a captura dos indígenas; no entanto havia uma exceção: as bandeiras poderiam tomar dos próprios indígenas os seus prisioneiros, era a chamada captura dos “índios na corda”, uma simulação permissionária escravidão indígena. Esses nativos eram negociados em leilões ou permutados por mercadorias, provisões.

Muitos indígenas, assim como pretos, integravam batalhões utilizados nas “guerras nativas” contra holandeses, franceses (século XVII) e nas lutas pela independência de Portugal (Século XIX). Curiosamente até próximo à proclamação da república ou no começo dessa os indígenas que já não viviam em comunidades indígenas passaram a ser chamados de “caboclos”, “caboclos brabos”. A propósito, a antropóloga Emília Pietrafesa de Godói quando da preparação da sua dissertação *O TRABALHO DA MEMÓRIA - Cotidiano e história no sertão do Piauí* (Ed. Unicamp, Campinas/SP, 1999, p. 51 e 110), colheu o depoimento de um mestiço chamado de Zé Lopes (95 anos de idade), o qual afirma o seguinte, dentre outras coisas:

- “*Essa beirada de serra era cheia de índio nesse tempo [meados do século XIX, São Raimundo Nonato Sul do Piauí]. Índio quer dizer caboclo brabo...*”

Em resumo: os povos indígenas foram caçados, exterminados (os que resistiram), subjugados e transformados em escravos ou serviçais (séculos XVI ao XVIII). Ao longo do século XIX, quando grande parte dos nativos estava exterminada ou desestruturada, passa a prevalecer a política de “incorporação dos selvagens” à civilização via “amansamento” (acima falado), visando ampliar o estoque da mão-de-obra para explorar as fronteiras inóspitas do Brasil Central e da Amazônia. Até a chegada da República o pensamento do Gal. Couto de Magalhães (acima comentado) influenciou e orientou as relações do estado e grupos empresariais com os povos indígenas.

## **DE RONDON À FUNAI**

Na primeira metade do século XX Cândido Rondon, um mameluco e militar (alcançou o posto de Marechal) foi incumbido da missão de implantar uma extensa linha de telégrafo no Brasil Central. A experiência do contato dessa frente militar com os povos indígenas resultou na ampliação do conhecimento de diversos povos isolados. Rondon tinha compromisso ético em defesa da vida e da cultura dos nossos silvícolas, daí tornou-se uma pessoa muito amada pelas nações indígenas. As ações de Rondon influenciaram a criação de diversas reservas nacionais (inclusive a

do Xingu). Rondon também influenciou a linha de trabalho do SPI – Serviço de Proteção aos Índios (fundado em 1910), serviço transformado em FUNAI, em 1967. A Constituinte de 1988 definiu claramente os direitos dos povos indígenas do Brasil.

## **SEGUNDA PARTE**

### **APAGAMENTO DE ETNIAS, AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES**

Acima fizemos uma resenha histórica que relata as primeiras hecatombes que se abateram sobre centenas de etnias indígenas do Norte ao sul do Brasil.

Graças à Amazônia centenas de comunidades indígenas conseguiram chegar ao século XXI com uma bagagem (patrimônio) cultural apreciável, inclusive a língua e muitas tradições.

O contato e as perdas ao longo da República dariam um volumoso livro. Mas resumidamente só quero afirmar que os crimes e a desestruturação das nações/comunidades indígenas nesse período ocorreram mais pela falta de um planejamento de estado e pelos desencontros decorrentes do choque entre culturas diferentes (nativos x “civilizados”).

Apesar de todas as falhas da FUNAI o principal responsável pelos crimes cometidos nessa fase, afora a falta de planejamento estatal, foi a ganância dos mineradores e empresários na conquista de novas fronteiras econômicas, novas vias de tráfego (ferrovia, depois rodovias), a agricultura de alto porte/mecanizada, a construção de barragens etc.

Os filhos originários dessa matriz violentada (não importa se filhos de índio com índia ou de índia com estrangeiro de qualquer cor) seriam criados e treinados para constituir força de trabalho *civilizada*. Portanto, seriam educados em nova língua (português e possivelmente *nheengatu*); passariam a adorar um novo deus, novos costumes, indumentários etc. Os empregados diretamente como força bruta teriam que buscar a fuga ou morrer jovens vítimas de maus tratos.

Portanto, todo o esforço “civilizatório” colonial econômico, militar e religioso/missionário (aliás, os jesuítas tinham uma tradição religiosa-militar que vinha da Idade Média) estava centrado na lógica do apagamento cultural do selvagem, preferencialmente salvando-lhe a vida, única forma de explorar o valor da sua mão-de-obra (para uso próprio ou como moeda de troca/escambo). Aos que resistiam ao esforço de “amansamento” só

restava a “gravata vermelha” (aplicada até no final do século XIX, na Guerra de Canudos).

## **OS QUE SOBREVIVERAM**

Boa parte dos povos indígenas da Amazônia conseguiu proteção com o advento da República. Dezenas de territórios foram transformados em parques ou reservas indígenas. O Xingu é um exemplo onde foram concentradas diversas etnias, com diversas tradições, diversas línguas. Fora de qualquer dúvida em melhores condições do que na época dos aldeamentos, das “reduções”.

No caso do Nordeste, todas as comunidades indígenas de hoje são o resultado de um esforço de sobrevivência cultural. Apenas um desses povos, os Fulniôs, em Pernambuco, conseguiu preservar a sua língua. Enfim, centenas de famílias *descendentes* dos povos originários (refiro-me aos povos presentes nos séculos XVI/XVII/XVIII) estiveram durante um ou mais séculos desgarrados das tradições do seu povo originário.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX o estado não teve nenhum empenho educativo no sentido de valorizar e preservar o patrimônio dos povos nativos. A fase *indianista* é um tema que pode ser estudado (como tem sido) a parte, visto que decorre da idealização mítico-poética mais para produção ficcional para público ver/ler/consumir). Só a partir de meados do século XX milhares de cidadãos passaram a refletir mais sobre as suas raízes.

Portanto, o caboclo podia (pode?) ser uma índio 100% originário (sob o ponto de vista da genética) e 100% “civilizado”, “ladino”; sua língua é o português, não veste tanga, não usa cocar, não maneja arco-flecha (usa calça de linho-cru ou de saco – como ocorria com o pai do missivista, funcionário público – arma de fogo é o seu instrumento de ataque/defesa ou de trabalho etc).

Em tempo, a fim de evitar equívocos, convém esclarecer que uma etnia não é descrita apenas pelos artefatos e elementos materiais que a comunidade utiliza.

## **INDÍGENAS, INDIODESCENDENTES, CABOCLOS, MESTIÇOS ETC**

A partir da segunda metade do século XIX os pensadores (filósofos, poetas, educadores, homens do direito etc) ampliaram as possibilidades de

ampliação dos direitos dos indivíduos. A palavra e os desejos do próprios indivíduos passaram a ter maior importância; o *outro* cada dia mais passou a ser mais parecido com o seu confrontador. Mesmo assim aconteceram genocídios nos últimos três séculos, em vários lugares do mundo.

Estamos no século XXI; parece que eventualmente alguns indivíduos não se dão conta disso no nosso tempo. Faço essa afirmação para lembrar colocações ridículas de intelectuais graduados que continuam soprando a brasa da racialidade, da eugenia, da divisão dos povos, resistindo ao direito de autodeterminação e da livre expressão identitária. Alguns chegaram ao absurdo de afirmar que *índio não pode ter descendente, portanto, a identidade indiodescendente não existe*.

Universidades também cometem brutalidade. Bom exemplo é o sistema cadastral-classificatório eugênico da UNB, para o qual é exigido fotografia comprobatória de fenótipo (indígena ou negro). Ora, já é consensual no campo científico que a herança genética nem sempre corresponde ao fenótipo.

Sabemos nós que existem etnias indígenas tradicionais que não só falam a sua língua como preservam um conjunto de tradições; habitam casas construídas como os antepassados ou não; vivem em reservas indígenas ou não; são tutelados pela Funai ou não etc

Outros saíram das mais distantes aldeias (Amazônia, Nordeste, Mato Grosso etc) tradicionais ou ressurgidas e foram morar em cidades grandes (SP, RJ, Salvador, Manaus, Belém etc) onde reencontram parentes (ou não), onde vivem e exercem as mais diversas atividades/profissões (artesãos, bancários, porteiros, professores etc). Nem todos utilizam indumentárias tradicionais ou praticam rituais da tradição.

Algumas pessoas podem ficar até tristes com o que afirmo a seguir: muitos filhos de indígenas nascidos em aldeias ou comunidade indígenas abdicam da etnia ou da identidade indígena.

Outros lutaram muito e conseguiram retornar à condição autodeclarada de indígenas, após séculos de desgarramento e não reconhecimento.

Convém dá um bom exemplo de ação pública nesse particular. O **IBGE**, órgão recenseador federal, ao indagar o cidadão sobre qual é sua identidade/etnia não solicita nenhum desenho da sua árvore genealógica e não pergunta qual a língua que fala.

## **E OS INDIODESCENDENTES, O QUE SÃO?**

Alonguei-me bastante para responder uma única pergunta feita por Marco Antônio Soares ao site [www.unidbrasil.com.br](http://www.unidbrasil.com.br) No entanto acho que não perdemos tempo.

Após dez anos de discussão e reflexão sobre etnias e identidades avancei política e filosoficamente sobre o tema. Hoje, considero-me sob o ponto de vista político e genético um *mestiço*; no entanto o meu coração e a minha alma são *indígenas*. Portanto, ainda que “possa ser mais” dou-me por satisfeito com a simples autodefinição *indiodescendente*.

Finalmente, recorro à frase que Adriana Leal (Pesqueira – Pe) postada na web em 12/jul/08 (*Etnias indígenas brasileiras proclamam cidadania*) nos seguintes termos:

***- “Índio não deixa de sê-lo porque é cidadão; ele é cidadão porque é índio”.***

Então, respondo objetivamente à consulta de Marco Antônio, citado no início:

***- Indiodescendente, como qualquer índio, mestiço, caboclo, mameluco é cidadão, antes de mais nada.***

Salvador, Bahia, 26 de fevereiro de 2010

\* Ary Txay (também José de Arimatéa Nogueira Alves) é um dos fundadores da UNID, é filho de um índio cearense e de uma mestiça também cearense, bacharel em administração pública, ex-bancário, editor do site [www.unidbrasil.com.br](http://www.unidbrasil.com.br), vive em Salvador desde 1969.